

O NORDESTE DO BRASIL E A CRISE ECONÔMICA DO INÍCIO DO SÉCULO XXI¹

DAILDSON BATISTA DE FARIAS²
JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO³

O Nordeste do Brasil na primeira metade do século XX participou da integração do mercado nacional por meio de uma articulação comercial subordinada ao hegemônico Centro-Sul, quando sua renda *per capita* equivalia a apenas um terço da obtida no Brasil.

No período 1960-1980, o Estado viabilizaria para o Nordeste um programa de industrialização baseado em generosa renúncia fiscal e financeira destinada ao capital privado, estimulando o crescimento econômico da região, o que resultou na redução dos diferenciais de crescimento econômico em relação ao país; contudo, remanesceram significativos diferenciais entre os principais indicadores sociais. A burguesia industrial do Centro-Sul do país apropriou a maior fatia dos benefícios dessa renúncia fiscal e comandou a industrialização incentivada no Nordeste, tornando-a complementar ao centro hegemônico, em um processo que a literatura pertinente nomeou integração produtiva (Almeida & Araujo, 2005).

Com o recrudescer da crise na primeira década do século XXI, a integração produtiva do Nordeste torna-o solidário com o Brasil na recessão.

1 Este texto é uma versão mais elaborada do trabalho apresentado pelos autores no Encontro da Sepla, em Uberlândia (MG), em 2010. Ele incorpora uma parcela das sugestões apresentadas nesse congresso; e tem origem nas discussões e reflexões no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia do Nordeste da Universidade Federal de Campina Grande. A mesma pesquisa ofereceu suporte à elaboração da monografia de fim de curso de Daildson Batista de Farias, defendida na UFCG, em 2010. Os autores agradecem a todos que contribuíram para a realização do trabalho, em particular ao prof. Dr. Fábio Guedes, da Universidade Federal de Alagoas, por criticar a versão anterior e aportar sugestões úteis. Evidentemente, tais colaboradores são isentos de erros e de omissões ao longo da trajetória.

2 Economista, graduado pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: <daildsonfarias@hotmail.com>.

3 Doutor em economia e professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: <bezerraaraujo@uol.com.br>.

Todavia, devido, em grande medida, ao menor nível de relações econômicas com o exterior, a recessão da economia no Nordeste apresenta-se mais suave e gradual em relação ao Brasil.

Este desempenho da região manifesta-se consistente com as políticas anticíclicas implantadas pelo Estado no Brasil no rastro da crise. Tais políticas, de inspiração tipicamente keynesiana (como veremos adiante), foram desenhadas para a economia brasileira; porém, no Nordeste, foram relativamente mais concentradas. Por sua vez, a recuperação da economia nordestina antecipa-se, em grande medida, devido aos componentes autônomos da renda regional, embutidos nas políticas sociais.

O trabalho analisa resultados de pesquisas em torno do tema (relatórios e informações de instituições públicas e privadas) para refletir em que medida as políticas anticrise criaram condições duradouras de “blindagem” da região ao espasmo da crise do capital.

Além desta curta introdução, este trabalho apresenta um breve panorama dos desdobramentos da crise no Brasil, na seção 1, por meio de uma análise sucinta dos instrumentos de política econômica e social utilizados pelo Estado brasileiro para mitigar seus efeitos. Na Seção 2, discute-se a crise e as políticas anticrise no Nordeste, com recortes específicos sobre o mercado financeiro, os programas sociais, as relações comerciais com o exterior e o comportamento do mercado de trabalho regional, objetivando realçar os principais contornos da crise na região e a possível eficácia dos instrumentos utilizados para reduzir seu impacto no Nordeste. Os determinantes da retomada do crescimento econômico regional, em meados de 2009, são discutidos na seção 3. Já a seção 4 apresenta as considerações finais.

I. Anotações sobre a crise no Brasil

Segundo as autoridades monetárias, a transmissão mais suave da crise na economia brasileira pode ser atribuída ao padrão de regulação do sistema financeiro nacional — restritivo para evitar o surgimento e a importação de bolhas financeiras — e ao padrão de crescimento sustentado pelo mercado interno, apoiado principalmente em maior diversificação de parceiros comerciais no exterior (Bacen, 2009).

No entanto, a crise mundial impactou o país, pelo lado da oferta, principalmente a indústria e as linhas de crédito dos bancos privados, e, pelo lado da demanda, os segmentos de exportação e de investimento.

O PIB brasileiro — que, segundo o IBGE, registrou queda de $-0,2\%$, em 2009 — e a produção industrial tiveram recuperação antecipada, se comparados aos investimentos e às exportações. Segundo o BNDES (2010a), a contração das exportações respondeu por mais da metade da queda na produção industrial e o ajuste nos estoques por outra parcela relevante.

Por sua vez, as políticas de inspiração tipicamente keynesiana foram desenhadas para a economia brasileira; porém, no Nordeste foram relativamente mais concentradas. Seus principais instrumentos foram:

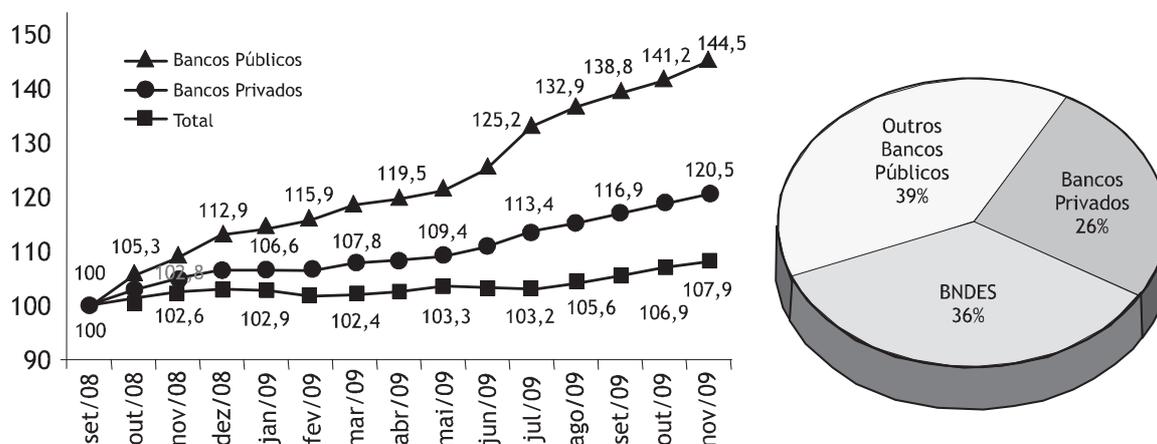
a) do lado do consumo: desonerações tributárias sobre bens de consumo duráveis (automóveis), linha branca (eletrodomésticos) e construção civil;

b) do lado do investimento: ampliação da capacidade de concessão de crédito dos bancos públicos (redução da retenção obrigatória dos bancos — compulsória), incentivos aos investimentos (redução do custo de capital) e aumentos nos níveis de formação bruta de capital fixo, principalmente em infraestrutura e energia, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O mercado financeiro doméstico foi afetado pela incerteza das instituições quanto aos efeitos da crise sobre a economia brasileira, com ênfase nas restrições de liquidez — processo atenuado pelo Banco Central, através da liberação de compulsórios para o sistema bancário, assegurando solvência e porte para a concessão de crédito. Por meio dos dados do Gráfico 1, verifica-se que os bancos privados no Brasil contribuíram com apenas 26% para o crescimento acumulado da oferta de crédito, no período imediatamente posterior à crise. O BNDES, no período considerado, desembolsou muito mais que toda a rede de bancos privados, chegando a 36% do volume total. O dado é emblemático para colocar em relevo a forte presença do Estado na solvência dos efeitos da crise no país. O Gráfico 1 ainda possibilita a percepção do forte crescimento acumulado do crédito total por origem, no período mais agudo da crise, destacando-se os bancos públicos (75% do total), especialmente o BNDES (com 36% do total).

Os repasses e o financiamento externos à exportação sofreram retração, o que levou grandes empresas a buscarem crédito no mercado doméstico. Entretanto, os bancos privados desaceleraram o nível de concessão de crédito em função da deterioração das expectativas, o que resultou em um aumento da preferência pela liquidez.

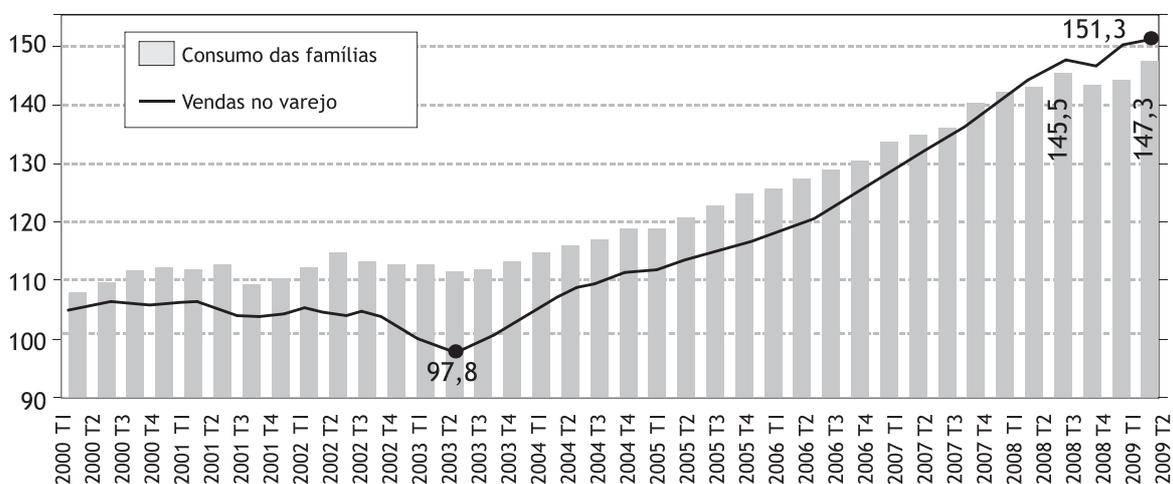
Gráfico 1. Brasil — Avanço do incremento do crédito anticrise dos bancos no país e a contribuição acumulada (set./2008-nov./2009)



Fonte: Elaboração APE/BNDES a partir de dados do BCB/BNDES, 2010b.

Por conseguinte, elevou-se o endividamento das famílias — de 15% da renda anual, no primeiro trimestre de 2004, para 34,8%, no primeiro trimestre de 2009 —, impulsionando as vendas no varejo, que continuaram crescendo, mesmo enquanto a demanda externa se reduzia, estimulando a demanda interna a expandir-se, sustentada pelo consumo das famílias. Conforme pode ser observado no Gráfico 2 — que mostra o volume de vendas no varejo e o consumo das famílias, de 2000 ao segundo trimestre de 2009 —, ambos obtiveram crescimento contínuo desde 2003, com uma ligeira redução entre o terceiro e o quarto trimestre de 2008.

Gráfico 2. Evolução do volume de vendas no varejo e do consumo das famílias (séries trimestrais com ajuste sazonal), 2000T1 a 2009T2



Fonte: IBGE. Elaboração: Área de Pesquisa Econômica – APE/BNDES.

A dinâmica crescente do consumo das famílias e das vendas no varejo, no período analisado, foi sustentada por:

- i)* valorização do salário mínimo;
- ii)* expansão do crédito à pessoa física;
- iii)* programas de transferência de renda;
- iv)* aumento da formalização do mercado de trabalho (através do avanço do número de empregos com carteira assinada nos últimos anos).

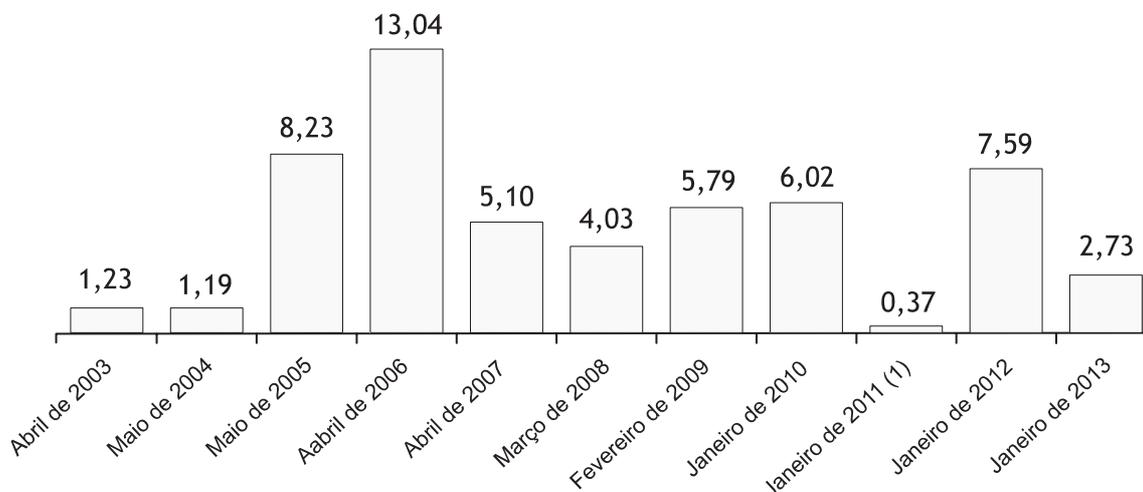
O consumo das famílias avançou 2,3%, no primeiro semestre de 2009, ante o primeiro semestre de 2008. Como o comércio varejista representa o último elo da cadeia de distribuição (vendas para o consumidor final) e é fortemente composto por estabelecimentos de pequeno e médio porte, tal setor foi o fator determinante para sustentar o nível de atividade durante a crise, bem como na retomada do crescimento brasileiro, já em meados de 2009 (FGV/IBRE, 2009; BNDES, 2010).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, pode-se afirmar que, desde 2003, a taxa de desemprego tem caído sistematicamente (13%, em 2003, para 9%, em 2007, chegando a 6,2%, em setembro de 2010, segundo o IBGE), principalmente em razão do crescimento dos investimentos na construção civil e ampliação das atividades comerciais e de serviços.

No que diz respeito à Política de Valorização do Salário Mínimo, por meio do Gráfico 3, notam-se os ganhos reais obtidos em todos os anos da série, o que indica o crescimento contínuo do poder de compra do salário mínimo. No subperíodo 2003-2008, a soma dos reajustes reais chega a 32,82% (média anual de 5,35%). No subperíodo 2009-2010, ocorre uma aceleração dos ganhos reais, atingindo a média anual de 5,9 %, com reajustes maiores que a média do subperíodo anterior.

Em estruturas econômicas com elevada concentração de renda, como é o caso do Brasil, onde “67,1% da população ocupada ganha até dois salários mínimos e 45,5 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, as elevações revestem-se de grande importância para estimular demandas reprimidas e fortalecer o mercado interno, posto que, a preços de 2012, a última elevação do salário mínimo significou, só em 2013, uma injeção estimada na economia de R\$ 32,7 bilhões, com um “acréscimo de R\$ 15,9 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo” (Dieese, 2012).

Gráfico 3. Aumentos reais no salário mínimo em %, 2003-2013



Elaboração: Dicese.

Por outro lado, os programas sociais do governo federal, em especial o Bolsa-Família, ao inserir na função consumo milhões de famílias de baixa renda, colaborou para o impulso da demanda. Desde 2003, este programa vem crescendo a cada ano, e já em 2010, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁴ (MDS) em novembro, 12.769.155 foram famílias beneficiadas, num total de R\$ 10.662.932.502,00 repassados até setembro (Nordeste: 6.481.884 famílias/R\$ 5.640.657.543,00). Por ter atingido famílias de menor renda, cuja propensão marginal a consumir é maior, a elevação dos ganhos de renda real impulsionaram ainda mais a demanda interna. Assim, a estabilidade do ambiente macroeconômico, com redução do desemprego, inflação mais baixa e ganhos reais de renda (aumento do salário mínimo acima da inflação), aumentou a confiança dos assalariados de menor renda, acabando por induzi-los a consumir mais (Inhudes et alli, 2009).

Portanto, foi a partir da expansão do consumo, principalmente avançada pelos setores de construção civil, comércio e serviços, que se viabilizou o crescimento da economia brasileira, com a massa salarial da população ocupada registrando aumento nos cinco primeiros meses de 2009, em comparação com o mesmo período de 2008 (FGV/Ibre, 2009). O aumento da inclusão econômica e dos investimentos em infraestrutura foram os pilares de sustentação do crescimento do mercado interno (BNDES, 2010).

1 <<http://mds.gov.br/bolsafamilia/bolsa-familia>>; acesso em 2-11-2010. No Nordeste esses números chegaram, respectivamente, a 6.481.884 famílias e R\$5.460.657.543,00 em benefícios.

Em certa medida, a crise evidenciou o bom desempenho da economia brasileira, já que o país “foi um dos últimos a entrar e um dos primeiros a sair”, segundo grande parte dos analistas. As ações do governo brasileiro não foram diferentes das adotadas em outros países, pois, do ponto de vista macroeconômico, foram seguidas as orientações das políticas anticíclicas: redução da taxa de juros e do superávit primário em cerca de 2% do PIB; redução dos impostos que incidem em produtos industrializados; atuação do sistema financeiro (em maior medida dos bancos públicos) na concessão de créditos e de empréstimos, entre outras. O aumento real do salário mínimo, a ampliação e o reajuste do programa Bolsa-Família também ajudaram o país em tal desempenho. De modo antagônico, a moeda se valorizou, o que casou certos prejuízos para alguns setores exportadores e, notadamente, para a indústria brasileira que perdeu ainda mais participação no produto nacional.

2. O Nordeste do Brasil “à margem” da crise?

No período 2008-2009, a economia nordestina apresentou indicadores econômicos bem mais robustos que a economia brasileira. O PIB dos principais estados do Nordeste cresceu, significativamente, acima do Brasil (-0,2%), com a Bahia registrando 3,1%; o Ceará, 3,1%; e Pernambuco, 3,8%.

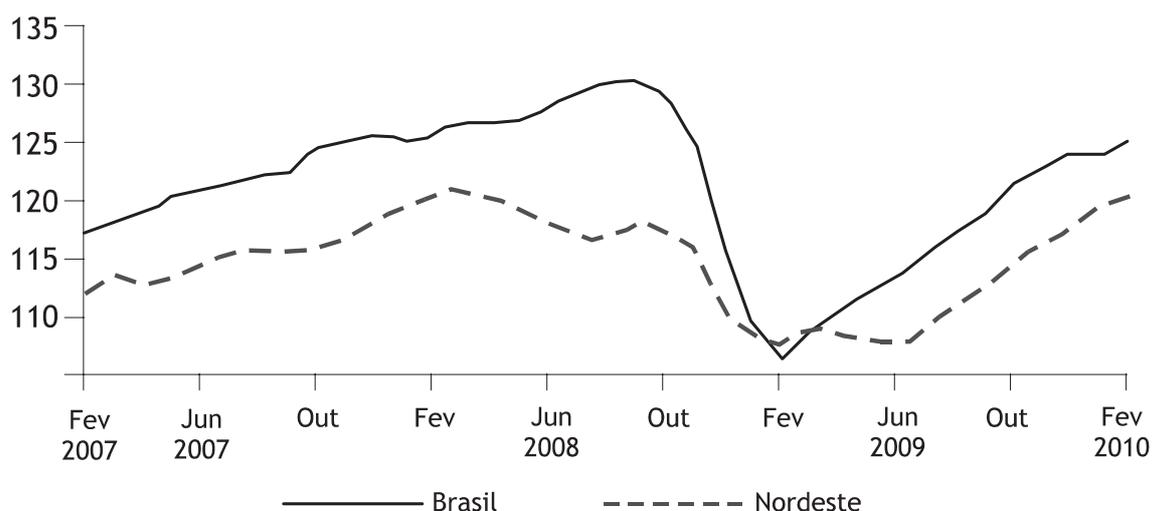
Alguns fatores possibilitaram ao Nordeste brasileiro receber menor impacto da intensificação da crise, bem como alcançar uma recuperação mais rápida, podendo ser destacadas:

- a) Menor participação relativa nas relações econômicas externas;
- b) As incertezas e as perturbações nas indústrias impactaram mais o setor de bens de capital, os quais se concentram no eixo Sudeste;
- c) A elevação da confiança do consumidor, que continuou comprando e se endividando na esteira da propaganda oficial anticrise.

Além desses aspectos, outras ferramentas foram importantes: estímulos fiscais; ampliação nas linhas de créditos de bancos públicos, principalmente os de desenvolvimento (Banco do Nordeste Brasileiro [BNB] e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social [BNDES]; mão de obra abundante e barata; proximidade das fontes de matéria-prima (cana-de-açúcar, algodão, frutas, cacau e tabaco — agroindústria); e o incremento das políticas assistencialistas.

Embora já exista relativa diversificação da estrutura industrial, o Nordeste ainda apresenta um parque fabril predominantemente voltado para a produção de bens de consumo semi e não duráveis (alimentos, bebidas, calçados) e intermediários (petróleo, metalurgia e produtos químicos). Assim, pode-se constatar que — como a indústria nordestina é mais voltada para o mercado interno, portanto, com menor grau de exposição aos determinantes externos da crise — sua produção industrial apresentou redução relativa bem menor que a registrada para o país (Gráfico 4). Saliente-se que o setor industrial da região já vinha perdendo ritmo, desde março de 2008 (portanto, antes do espasmo da crise). Não obstante, apresentou uma redução mais suave que o Brasil. A recuperação do Nordeste torna-se contínua, a partir de junho de 2009, aproximando-se, em fevereiro de 2010, dos níveis de produção industrial de dois anos atrás.

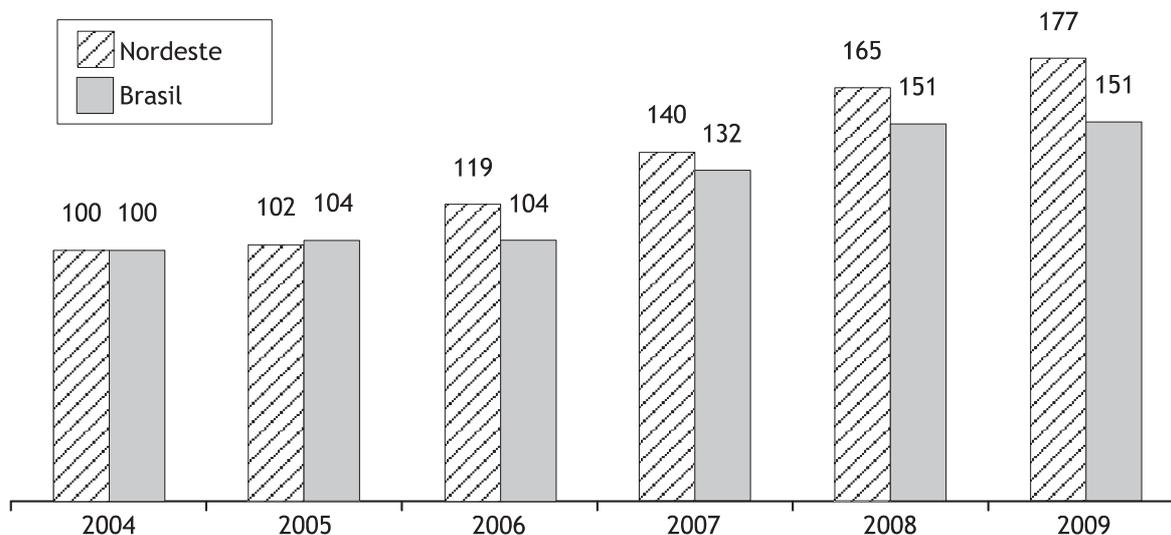
Gráfico 4. Produção industrial, Brasil e Nordeste (fev./2007-fev./2010)



Fonte: Relatório regional do BACEN – Julho/2010.

Considerando as dificuldades de obter dados relativos aos investimentos na construção civil, parece pertinente tomar o consumo de cimento como variável *proxy* deste importante segmento industrial que teve no programa habitacional Minha Casa Minha Vida um dos fatores determinantes de sua expansão. Percebe-se que nesta estatística aparece nitidamente a prioridade crescente conferida ao segmento no Brasil e, sobretudo, no Nordeste. O consumo de cimento na região foi fortemente crescente em todo o período considerado (Gráfico 5).

Gráfico 5. Consumo de cimento no Nordeste e no Brasil, 2004-2009



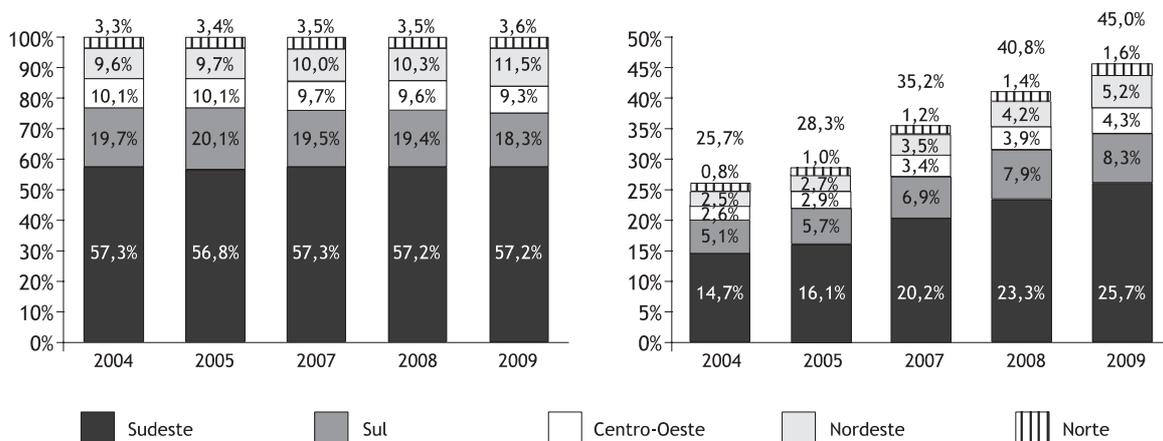
Fonte: Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, apud Bacen (2010b).

2.1. O mercado financeiro e o Nordeste

Outro determinante importante diz respeito à intermediação financeira no Nordeste, onde cerca de dois terços está a cargo dos bancos públicos que dispõem de fontes de recursos mais estáveis, ao passo que em âmbito nacional essa posição é invertida, ficando a intermediação financeira, em grande medida, sob responsabilidade de bancos privados, os quais, durante a crise, diminuíram suas linhas de crédito. O Gráfico 6 apresenta as comparações feitas em relação ao mês de abril 2008 e o mesmo mês em 2009. Nesse período houve crescimento de 7,4% da oferta de crédito no Brasil; ao passo que no Nordeste a oferta cresceu 23%, perfazendo um total de R\$ 68,5 bilhões. É possível notar, ainda, a estável concentração do crédito na região Sudeste (girando em torno dos 57%) e ligeira elevação do Nordeste, que cresceu 1,2 pontos percentuais, sendo, juntamente com o Norte (0,1%), a região que expandiu esta variável no período agudo da crise (2008-2009), provavelmente uma consequência da expressiva presença regional dos bancos oficiais.

A relação crédito/PIB (ainda de acordo com o Gráfico 6) registra, inicialmente, a grande concentração da economia brasileira no Sul/Sudeste. Por outro lado, na passagem do período agudo da crise, o Nordeste aumenta sua participação relativa no crédito/PIB, passando de 4,2 para 5,2%.

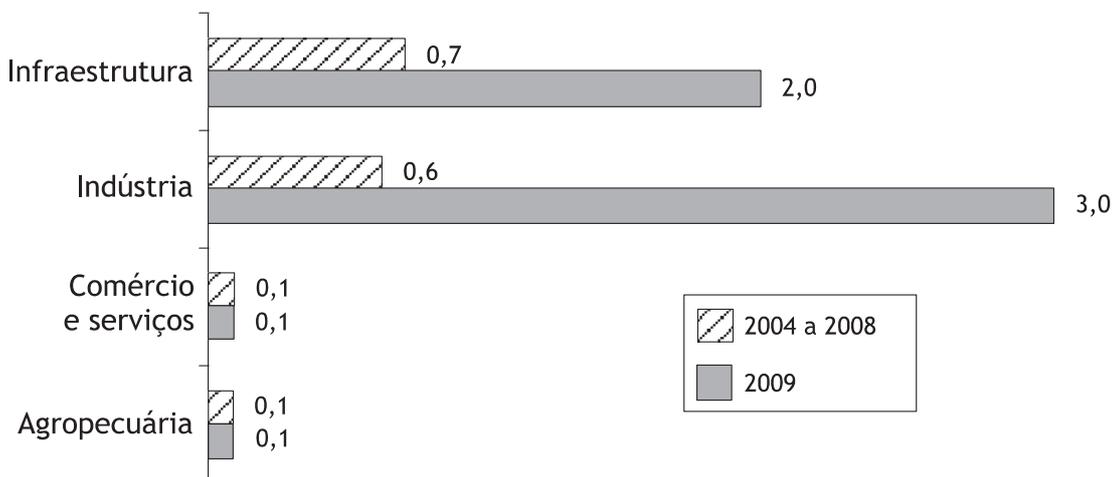
Gráfico 6. Evolução regional do mercado de crédito no Brasil em 2004-2009



Fonte: BCB. Elaboração: APE/BNDES/Inhudes et al. (2010).

Observando o Gráfico 7, percebe-se que, no conjunto da economia nordestina, a soma das aplicações do BNDES, tomadas como percentuais do PIB regional, saltou de uma média anual de 1,5% do PIB, no período 2004-2008, para 5,2% em 2009. Os dados evidenciam, ainda, a prioridade conferida pelo banco à infraestrutura e, principalmente, à indústria, que recebeu aplicações equivalentes a 3,0% do PIB regional em 2009.

Gráfico 7. Nordeste: desembolsos do BNDES/PIB, 2004-2009



Fonte: Base de dados do BNDES — Informativo Nordeste, apud Bacen (2010b).

A Tabela 1 mostra as taxas de crescimento anuais das operações de crédito por região, distribuídas entre os tipos de tomador (PF [Pessoa Física] e PJ [Pessoa Jurídica]). Como se pode observar, o Nordeste apresentou o melhor desempenho ao longo do período 2007-2009, ao manter uma

taxa de crescimento das operações de crédito acima dos 30%. Além disso, os resultados de ambos os seguimentos (PF e PJ) da região ficaram acima da média nacional, entre 2005-2009, indicando que a região obteve prioridade no financiamento de suas atividades econômicas.

Esse desempenho, segundo Inhudes et al. (2010), para as Pessoas Físicas (PF), se explica pela expansão das operações de financiamento de crédito pessoal (basicamente, operações consignadas), crédito para a compra de veículos e arrendamento financeiro (também direcionado para a aquisição de veículos). Já para Pessoas Jurídicas, segundo os autores, diversos setores foram beneficiados, dentre os quais se destacaram o refino de petróleo; a indústria química; a construção, o comércio varejista; os serviços públicos; e a energia elétrica.

Tabela 1. Taxas de crescimento das operações de crédito (2005-2009) por região e por tomador (PF[Pessoa Física]/PJ [Pessoa Jurídica]) em % a.a.

	2005	2006	2007	2008	2009	Média 2005-2009
Norte	23,0	27,4	30,4	34,7	19,0	21,6
PF	42,3	41,8	44,2	32,8	23,2	27,3
PJ	12,5	17,6	19,1	36,6	14,9	17,1
Nordeste	21,1	25,8	31,8	36,3	30,3	24,1
PF	33,9	37,2	41,6	32,7	25,6	26,5
PJ	13,8	18,1	24,2	39,5	34,2	22,4
Centro-Oeste	20,5	19,6	27,9	32,1	12,9	17,9
PF	31,1	22,5	28,3	23,3	13,4	17,4
PJ	9,0	15,7	27,5	41,6	12,3	18,6
Sudeste	19,1	22,9	31,1	32,8	16,0	19,9
PF	31,1	31,6	37,2	28,8	20,1	22,8
PJ	14,5	19,0	28,2	34,8	13,9	18,6
Sul	22,3	20,5	28,7	32,2	9,9	17,6
PF	29,9	24,3	28,5	28,3	17,1	19,1
PJ	17,2	17,8	28,8	35,2	4,5	16,5
Brasil	20,2	22,5	30,4	33,0	16,1	19,8
PF	31,5	29,5	34,7	28,8	19,4	21,8
PJ	14,4	18,4	27,6	35,8	14,0	18,5

Fonte: Bacen. Elaboração APE/BNDES/Inhudes et al. (2010).

Como apontado anteriormente, os bancos oficiais de desenvolvimento (BNB e BNDES) protagonizaram importante papel no enfrentamento do período agudo da crise internacional no Brasil e, em particular, no Nordeste, conforme se pode observar no Gráfico 8. A taxa média de crescimento dos investimentos dos dois bancos no Nordeste já vinha aumentando a 19,5% no período 2004-2008; isto é, aumentou mais de seis vezes, chegando a 132%, em 2009. Somente para a construção da Refinaria

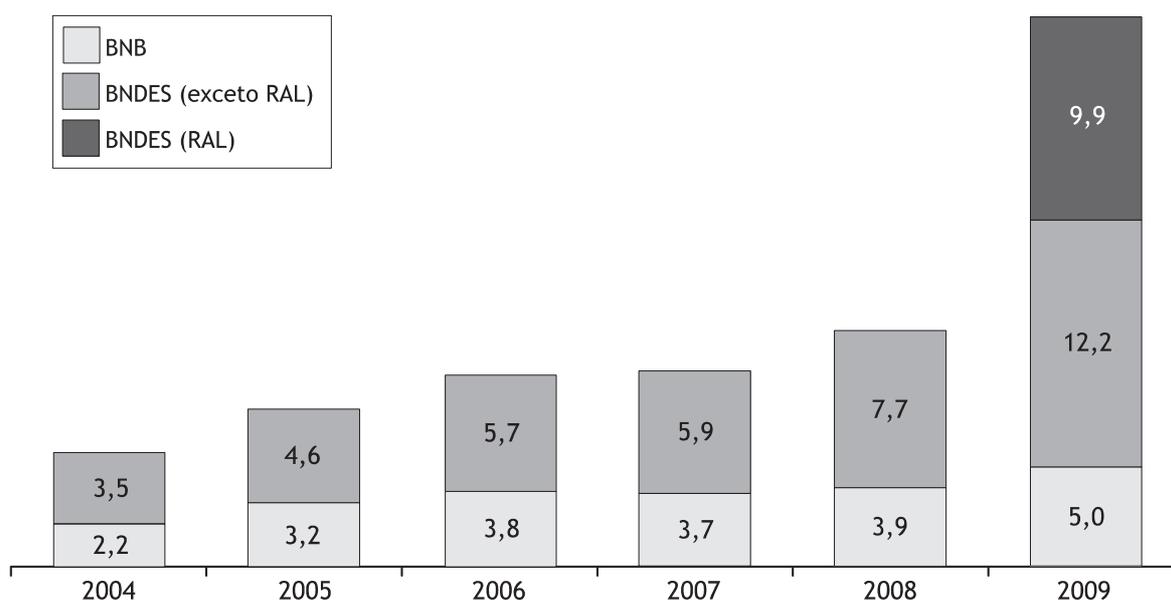
Albuquerque Lima (RAL), em Pernambuco, foi liberada a expressiva quantia de R\$ 9,9 bilhões em financiamentos (Bacen, 2010a).

Entretanto, em relação ao Brasil, o Nordeste vem acumulando uma defasagem do nível de investimento há muito tempo, conforme registra Guimarães Neto (2004, p. 160):

Em resumo, tirando a fase áurea do esforço de investimento da região na segunda metade dos anos 70, o Nordeste não conseguiu manter uma trajetória de aumento contínuo da sua formação de capital fixo que fosse equivalente àquela obtida pela economia nacional em seu conjunto.

A descontinuidade referida pelo autor tem dificultado o avanço da economia nordestina para operar em bases técnicas mais modernas.

Gráfico 8. Nordeste: desembolsos BNDES/BNB, 2004-2009 (R\$ bilhões de 2009)



Fonte: BNDES e BNB, apud Bacen (2010a).

2.2. O programa Bolsa-Família e os benefícios previdenciários: atenuação da crise no Nordeste

No que se refere às transferências financeiras recebidas, a região conta ainda com duas fontes importantes: o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FNE), os fluxos de renda provenientes de programas sociais federais, como Bolsa-Família e os benefícios previdenciários.

O FNE é constitucionalmente vinculado à receita fiscal federal, e, por essa razão, pode crescer ou diminuir de acordo com as oscilações da economia brasileira e as políticas anticíclicas. Por exemplo, ele diminuiu relativamente devido à crise e às isenções fiscais para atenuar os impactos da crise internacional, tendo, portanto, reduzida capacidade para alavancar a expansão da renda regional no bojo da crise.

Para Amaral Filho (2009), a renda regional nordestina é representada por salários + lucros + juros + aluguéis + transferências. O autor considera que o PIB do Nordeste é menor que a renda dessa região e vê lógica em afirmar que regiões como o Sudeste tenham PIB maior que a renda, por ser uma região transferidora de renda. No contraponto, Alves (2008, apud Valente, 2010) entende que o Nordeste é transferidor de renda para outras áreas do país, ao ser penalizado pelo funcionamento do sistema financeiro nacional. Esse estudo aponta que os bancos atuantes no Nordeste têm transferido parte da poupança nordestina para outras regiões no processo de intermediação financeira. Para o autor, o Nordeste é a região que mais transfere poupança para os grandes centros econômicos, pois, no período dezembro de 2001-novembro 2007, a relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,53, o que significa que, para cada R\$ 1,53 de depósito captado pela região, apenas R\$ 1,00 foi aplicado na economia nordestina, na forma de operações de crédito. Portanto, R\$ 0,53 foram enviados para outras regiões.

Ainda segundo Valente (2010), as perdas comerciais e financeiras do Nordeste têm sido compensadas pelos gastos orçamentários do governo federal, através das despesas de consumo, de capital, de transferências, de subsídios, de inversões financeiras, além das despesas operacionais e não operacionais. Embora a região tenha se beneficiado desses gastos públicos, uma análise mais aprofundada evidencia o recebimento de parcela inferior dessas transferências quando se compara com as da região Sudeste. O autor assinala que, mesmo contando com cerca de 30% da população do país, o Nordeste tem recebido menos de 10% do total dos gastos orçamentários do governo federal.

Convém ainda lembrar que o Brasil, na fase aguda da crise, aumentou a dotação orçamentária para a assistência social. O percentual de recursos para essa área, em relação ao orçamento total, aumentou de 2,29% para 2,35%, e, em relação ao orçamento da Seguridade Social da União, de 8,11% para 8,54% em 2008. No ano seguinte, houve novos acréscimos: para 2,35% e 8,71%, respectivamente (MDS, 2010).

Por sua vez, o Programa Bolsa-Família constitui importante programa assistencial de transferência de renda da união — por intermédio dos municípios — para famílias que vivem em situação de pobreza, com renda mensal *per capita* entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00. Atende também famílias em situação de extrema pobreza, com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00. Esse Programa constitui importante componente de sustentação da demanda efetiva, sobretudo nos municípios mais pobres do país.

Por meio do Programa Bolsa-Família, no ano de 2008, a União transferiu cerca de R\$ 10,9 bilhões para todas as regiões brasileiras, volume que subiu para R\$ 12,7 bilhões em 2010, atendendo aproximadamente 13 milhões de famílias, como foi afirmado no início deste estudo. A parcela do Nordeste nessa quantia representa 52%, ou seja, cerca de R\$ 5,6 bilhões, beneficiando 5,7 milhões de famílias (50% do total dos beneficiários no Brasil).

Tabela 2. Bolsa-família (2008): número de famílias e valor acumulado distribuído para cada região

Região	Número de famílias (dezembro de 2008)	Valor acumulado (R\$)
Norte	1.135.048	1.199.078,232,00
Nordeste	5.684.179	5.747.525.304,00
Centro-Oeste	606.932	524.147.874,00
Sudeste	2.944.814	2.614.275.684,00
Sul	982.472	858.556,477,00
Total	11.353.445	10.943.583.571,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Amaral Filho, 2009.

A Tabela 3 apresenta o total dos gastos com os benefícios previdenciários, no ano de 2008, para as regiões do país. Dos R\$ 24,8 bilhões pagos, 21,41% foram destinados para o Nordeste; um montante, portanto, de R\$ 5,3 bilhões.

Tabela 3. Previdência — benefícios emitidos para as grandes regiões em 2008

Grandes regiões	Valor (R\$)			
	Total	% do total	Clientela	
			Urbana	Rural
Brasil	24.837.657.169	100,00	19.580.434.529	5.257.222.640
Norte	919.418.708	3,70	510.949.658	408.469.050
Nordeste	5.318.554.222	21,41	2.845.119.455	2.473.434.767
Sudeste	12.976.350.505	52,24	11.872.777.369	1.103.573.136
Sul	4.464.665.576	17,98	3.479.537.302	985.128.274
Centro-Oeste	1.158.668.158	4,66	872.050.745	286.617.414

Fonte: Ministério da Previdência. Boletim Estatístico/Amaral Filho, 2009.

Para o ano de 2008, o somatório dos valores desses dois programas (Bolsa-Família e Previdência) gera um total de mais de R\$ 11 bilhões, transferidos pelo governo federal para o Nordeste, independentemente do período agudo da crise. Um volume de recursos impactante a ser somado aos fundos institucionais, como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação de Municípios (FPM), entre outros.

Logo, pode-se deduzir que as transferências federais constituíram importante parcela autônoma da renda nordestina, à margem dos efeitos adversos produzidos pela crise internacional que provocou sérios desequilíbrios na economia mundial entre 2008 e 2009.

Convém lembrar, ainda, o importante papel da política de valorização do salário mínimo, constituindo parcela significativa da renda nordestina, porém dependente do nível de atividade econômica.

No entanto, Amaral Filho (2009) faz dois alertas importantes quanto à continuidade do fluxo de renda externa no futuro:

- (i) o crescimento baseado em consumo das famílias de baixa renda; e,
- (ii) os limites do efeito-renda sobre o consumo.

O autor assinala ainda que as transferências acima referidas têm pouco impacto na estrutura produtiva da região, até pelo fato da vulnerabilidade aos drenos de renda para outras regiões via importação de bens de consumo.

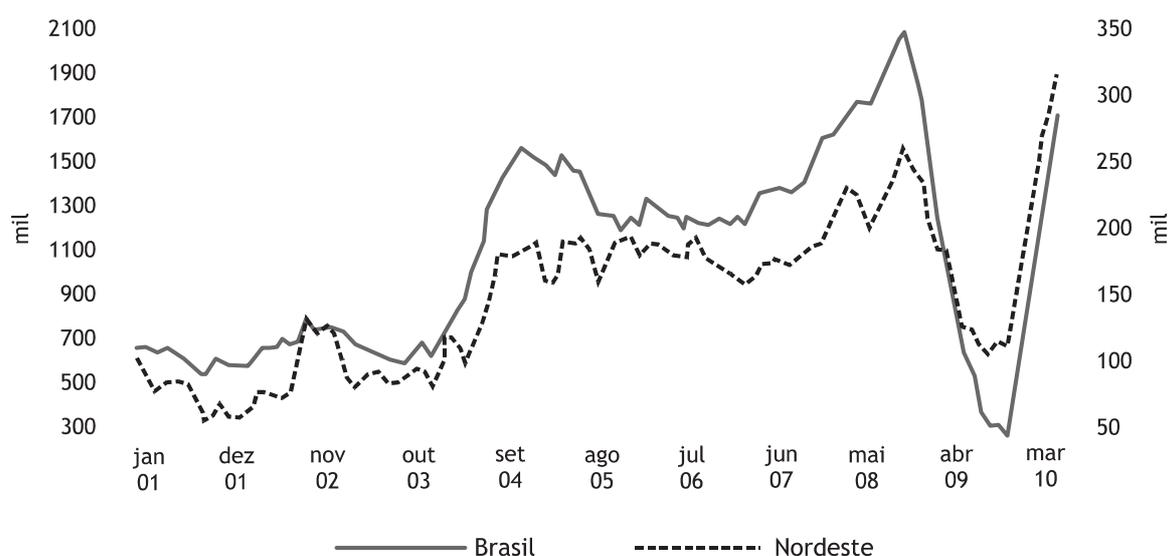
2.3. Mercado de trabalho

No período 2002-2010, a partir da coleta de dados da ocupação em geral de seis das principais regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), a Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) registrou declínio sucessivo do número de pessoas desocupadas na população em idade ativa: de 10,9% (2003) para 6,8% (2008). O desemprego manteve-se nesse patamar em 2009, sofrendo nova redução de 1,5 pontos percentuais em 2010, ano com a maior queda do desemprego de toda a série.

Nas duas regiões metropolitanas do Nordeste que integraram a área pesquisada pela PME, também houve redução de desemprego, permanecendo, porém, com patamar superior ao registrado em outras regiões do Brasil. Na média do período 2002-2010, Recife apresenta um nível de desemprego de 11,2%; e Salvador, 12,6% (BNB, 2012).

Por outro lado, a assinatura da carteira de trabalho qualifica o trabalho formal nas pesquisas do Ministério do Trabalho no Brasil. O Gráfico 9 apresenta as curvas relativas à criação de empregos formais durante a primeira década do século XXI, comparando o Nordeste com o Brasil. As curvas aí observadas — abstraindo-se a diferença nas escalas de mensuração do gráfico — mostram trajetórias assemelhadas, sugerindo que os efeitos positivos da expansão de demanda efetiva, induzida pela sustentação ou mesmo pela expansão das políticas anticíclicas, não expressam diferenças relativas muito significativas nos movimentos de criação de emprego formal entre o país e a região ao longo da década. Entretanto, a maior inflexão negativa da curva para o Brasil, em 2008, sugere uma retração mais acentuada e, na reversão da tendência em 2009, indica uma recuperação mais lenta daquele mercado em escala nacional.

Gráfico 9. Criação de emprego formal — comparativo do Nordeste com o Brasil (jan./2001-mar./2010)



Fonte: MTE / Hamilton (Bacen). Apresentação do Boletim Regional, maio de 2010.

A dinâmica do mercado de trabalho formal, no subperíodo 2008-2009 — a fase mais aguda da crise —, pode ser observada também na Tabela 4. Percebe-se aí que em todas as escalas geográficas da tabela houve crescimento na criação de emprego formal. Todavia, o Nordeste (6,81%) apresenta maior variação relativa que o Brasil (4,48%) e todas as demais regiões do país, indicando menor impacto da crise naquela região. Vale realçar que os estados mais industrializados do Nordeste — Bahia, Ceará e Pernambuco — apresentaram variação do emprego formal (7,47%; 4,40%

e 6,07%, respectivamente) superiores às observadas nesta região, sugerindo que a indústria recebeu menor impacto da crise que os demais setores da economia regional.

Tabela 4. Número de empregos em 31-12-2008/2009, variação absoluta e relativa Brasil/regiões e os estados nordestinos

Unidade da federação	Empregos		Variação	
	2008	2009	Absoluta	Relativa (%)
Norte	2.080.009	2.191.265	111.256	5,35
Nordeste	6.948.709	7.422.186	473.477	6,81
Maranhão	540.010	562.275	22.265	4,12
Piauí	335.632	351.701	16.069	4,79
Ceará	1.129.999	1.236.261	106.262	9,40
Rio Grande do Norte	515.227	538.757	23.530	4,57
Paraíba	513.339	543.375	30.36	5,85
Pernambuco	1.308.771	1.399.997	91.226	6,97
Alagoas	425.033	446.136	21.103	4,97
Sergipe	319.246	344.052	24.806	7,77
Bahia	1.861.452	1.999.632	138.180	7,42
Sudeste	20.386.019	21.098.135	712.116	3,49
Sul	6.802.842	7.078.443	275.601	4,05
Centro-Oeste	3.223.987	3.417.517	193.530	6,00
Total Brasil	39.441.566	41.207.546	1.765.980	4,48

Fonte: Rais/MTE / Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (adaptado).

Quanto aos rendimentos médios dos trabalhadores, em 2008-2009 (Tabela 5), o país apresentou um aumento real de 2,51%, passando de R\$ 1.556,15 mensais para R\$ 1.595,22. O Nordeste apresenta a predominância das menores remunerações, cuja média é da ordem de R\$ 1.236,26 em 2009, e R\$ 1.179,82 em 2008.

A expansão da remuneração média nordestina apresenta a maior variação relativa entre as regiões (4,78%), superando em 90% o desempenho do país nesse aspecto, indicando que a concentração da política assistencialista, no Nordeste, desdobrou-se em efeitos positivos no mercado de trabalho regional ao aumentar o poder de barganha dos assalariados, sinalizando o potencial elevado de políticas ativas de distribuição de renda para alavancar o crescimento das atividades econômicas. Os dados sugerem ainda que esse aumento real da remuneração no Nordeste esteja associado ao maior peso relativo do salário mínimo — que aumentou 11,2% em termos nominais ante os 4,31% de inflação — na estrutura salarial regional.

Entre os estados da região, Sergipe lidera com R\$ 1.419,06 (em 2009) e a Paraíba ocupa a última posição com R\$ 1.030,31, mesmo tendo sido a que mais cresceu (9,01%) entre 2008 e 2009.

Tabela 5. Remuneração média do trabalho formal em dezembro, em reais, a preços no Brasil em dez./2008-2009

Região natural	Unidade da federação	2008	2009	Variação relativa (%)
Norte		1.422,74	1.457,54	2,45
Nordeste		1.179,82	1.236,26	4,78
	Maranhão	1.142,96	1.224,01	7,09
	Piauí	1.149,32	1.219,60	6,11
	Ceará	1.099,79	1.133,31	3,05
	Rio Grande do Norte	1.206,09	1.266,45	5,17
	Paraíba	1.036,92	1.130,31	9,01
	Pernambuco	1.188,86	1.244,04	4,64
	Alagoas	1.101,62	1.175,41	6,70
	Sergipe	1.350,56	1.419,06	5,07
	Bahia	1.259,30	1.302,94	3,47
Sudeste		1.675,98	1.713,27	2,22
Sul		1.434,91	1.464,57	2,07
Centro-Oeste		1.950,70	2.007,54	2,91
Total		1.556,15	1.595,22	2,51

Fonte: Rais/MTE / Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE (adaptado).

Vale destacar que a diferenciação de salários pode ser explicada, entre outros fatores, pelas características da força de trabalho empregada (escolaridade, gênero, idade, etc.) e pelo setor em que ela está inserida, visto que o Nordeste não constitui suas bases produtivas em ramos sofisticados de maior remuneração (Rais, 2009). Ademais, boa parte dos trabalhadores está empregada nos setores de comércio, serviços e construção civil, ocupações que, tradicionalmente, predominam reduzidos salários, principalmente nos segmentos de baixa qualificação, que constituem ampla maioria nesses setores. Mesmo assim, é importante observar que a diferença entre as demissões e admissões na região, durante a fase mais aguda da crise foi positiva, não interrompendo o anterior crescimento do número de trabalhadores formais contratados.

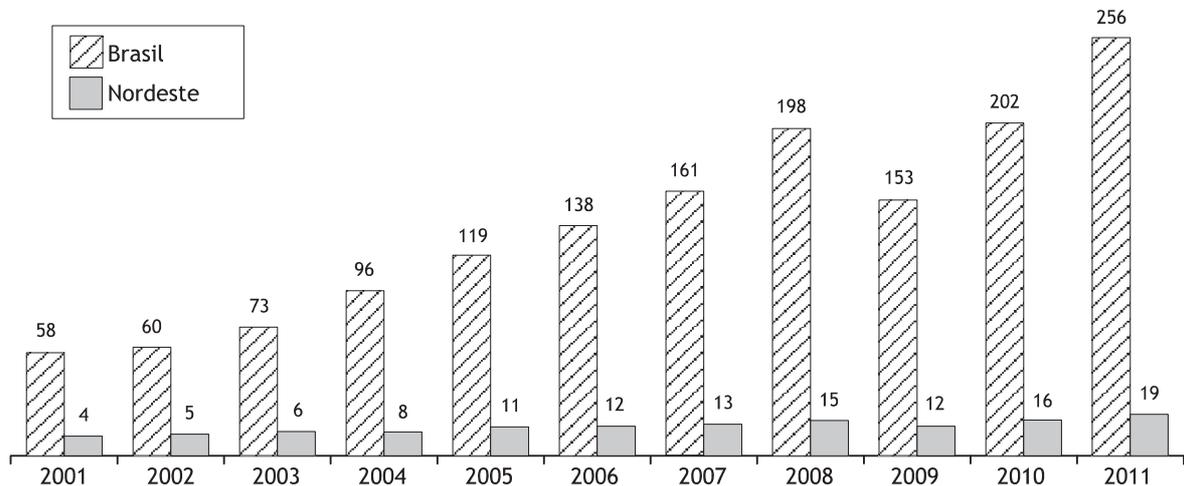
2.4. O comércio exterior do Nordeste

O comércio exterior regional depende de fatores como a dinâmica da economia internacional, evolução da estrutura produtiva da região, políticas econômicas nacionais e muitas outras determinações que fogem ao escopo deste trabalho. Neste tópico, pretende-se apenas descrever o comportamento das exportações e das importações do Nordeste, com ênfase na passagem da fase aguda crise do capital (2007-2010), sempre em contraponto ao comércio exterior do Brasil.

Entre 2001-2008, as exportações brasileiras cresceram 241,4%, o que significa uma taxa média anual de 31,8% ao ano, ao passo que as expor-

tações nordestinas cresceram 275%, alcançando, portanto, uma média anual de 34,5% ao ano. Em 2008-2009, as exportações brasileiras recuaram — 22,7% e as nordestinas reduziram-se em – 20%. Entre 2009-2011, as exportações brasileiras cresceram 67,3%, o que significa uma taxa média anual de 33,6%, enquanto as do Nordeste cresceram 58,3%, a uma taxa anual de 29,1%. Embora esses números apresentem diferenças discretas, pode-se afirmar que até 2008, no Nordeste, as exportações cresceram mais que no Brasil e sentiram menor impacto da fase aguda da crise. Porém, no Brasil, a recuperação do setor exportador foi ligeiramente mais vigorosa. (Gráfico 10).

Gráfico 10. Brasil e Nordeste — evolução das exportações 2001-2011 (US\$ bilhões FOB, valores correntes)

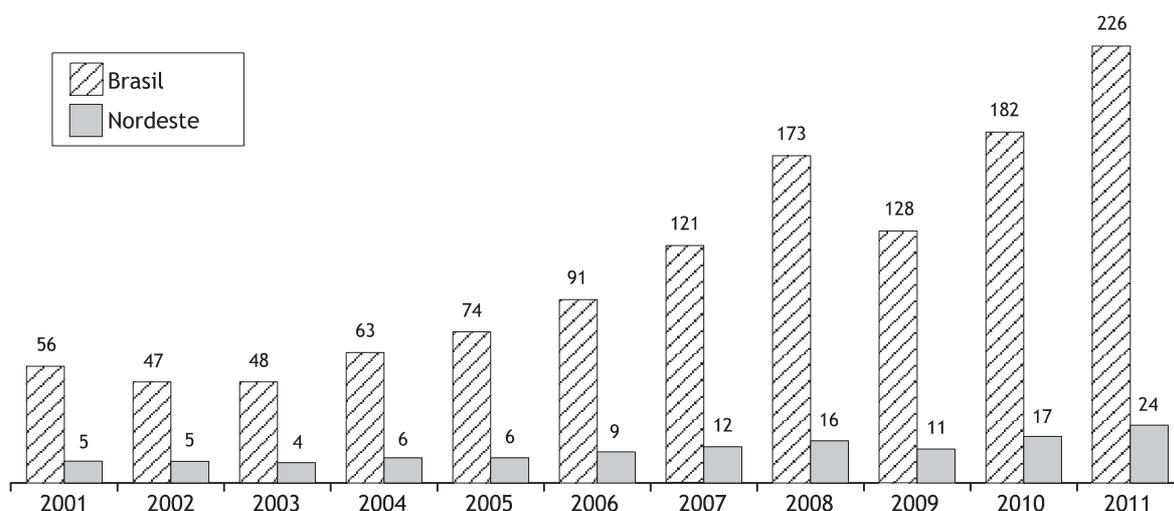


Fonte: MDIC / Elaboração: BNB/Etene/Ciest (BNB, 2010c).

Do lado das importações, entre 2001-2008 as importações brasileiras cresceram 208,9%, a uma taxa média anual de 26,1%, enquanto as importações nordestinas cresceram 220%, expandindo-se a uma taxa média anual de 28,5%. Em 2008-2009, o Brasil reduziu suas importações em -24%; o Nordeste-31,25%. Posteriormente, entre 2009-2011, as importações cresceram 88,3%, no Brasil; no Nordeste, 118,2% (Gráfico 11).

Vale assinalar que as estatísticas do comércio exterior da região Nordeste, nos anos recentes, revelam uma participação muito reduzida na corrente de comércio do país. Enfim, em alguns anos da década de 1960, as exportações nordestinas chegaram a superar o patamar de 20% das exportações do Brasil e as importações ficaram acima de 6% (Galvão, 2007).

Gráfico 11. Brasil e Nordeste — evolução das importações 2001-2011 (US\$ bilhões FOB, valores correntes)



Fonte: MDIC/ Elaboração: BNB/Etene/Ciest (BNB, 2010c) .

Mais recentemente, entre 1991-2011, as exportações do Nordeste, sempre em comparação com o Brasil, variaram entre 7,0% em 1999, e 9,0% em 1991. Elas são decrescentes no subperíodo 2005-2011, momento em que chegaram a apenas 7,4% das exportações brasileiras. As importações nordestinas, no período 1991-2011, variaram entre 6,6% em 1998, e 10,7% em 2011 (BNB, 2012a).

Considerando que o PIB do Nordeste, nas últimas décadas, tem flutuado em torno de 13% do PIB do Brasil, analisados em conjunto, os dados da corrente de comércio da economia nordestina revelam consideráveis níveis de introversão. Certamente, essa condição explica, em grande medida, sua reduzida exposição aos efeitos negativos durante o período agudo da crise internacional.

3. A retomada do crescimento e a atividade econômica nordestina

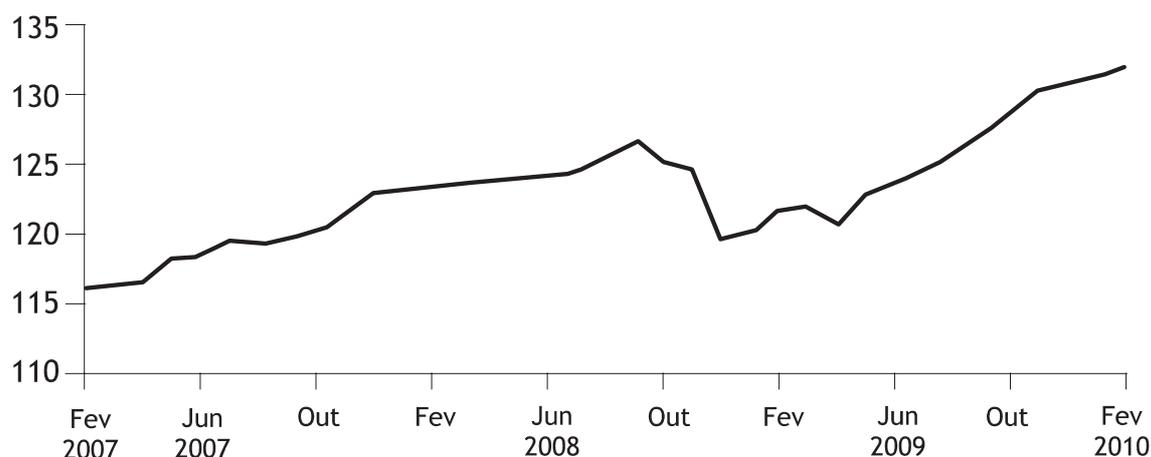
Em meados de 2009, a economia nordestina voltaria a crescer em razão dos vários aspectos até aqui apontados. Em destaque, o baixo grau de exposição da economia da região às vicissitudes pelas quais passava a economia internacional, aliado às várias políticas anticrise do governo federal.

Pela observação do Gráfico 12, fica evidente a redução e o posterior crescimento do nível de atividade econômica do Nordeste ante a crise. A trajetória de crescimento da região apresenta-se consistentemente crescente

até setembro de 2008, revertendo-se na eclosão do período de maior intensidade da crise, retomando a inclinação positiva, com breve redução em fevereiro-outubro/2009 até o final do ano de 2009, quando acelera o ritmo de crescimento.

Gráfico 12. Índice de atividade econômica regional — Nordeste (fev./2007-fev./2010)

Dados dessazonalizados
2002=100

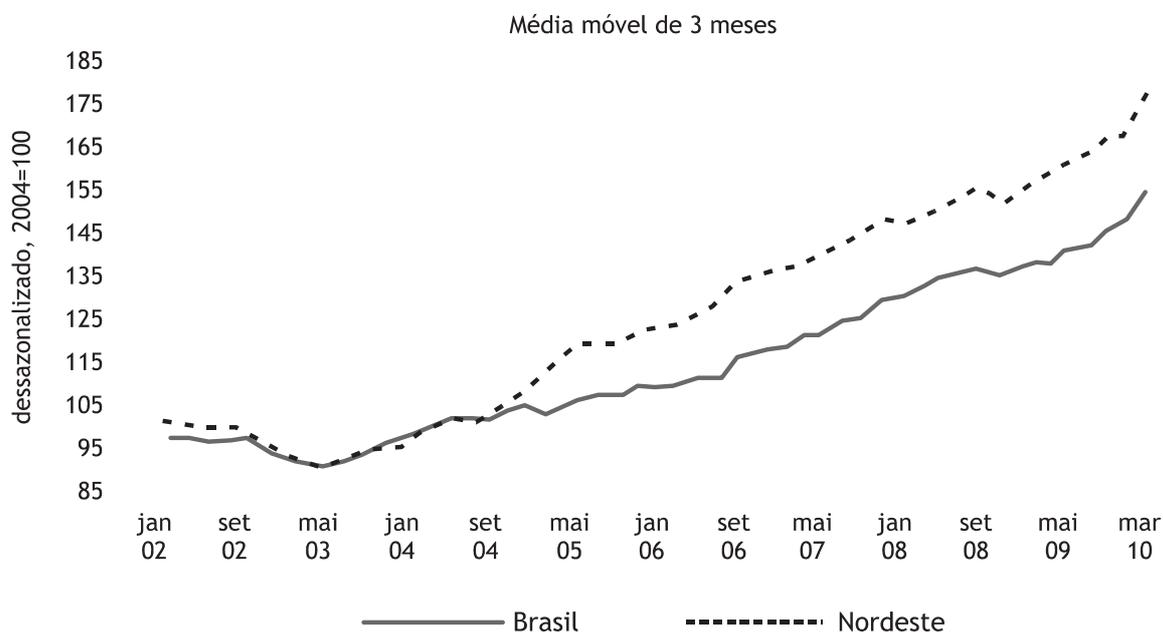


Fonte: Relatório Regional do Banco Central do Brasil (Bacen), julho de 2010.

Do lado da demanda, com o crescimento do consumo das famílias, a economia permaneceu aquecida o suficiente para não se instaurar um quadro recessivo mais grave. O governo federal reduziu os impostos que incidiam em diversos produtos industrializados com demanda reprimida no Nordeste, tais como eletrodomésticos e automóveis — com o duplo objetivo de estimular a demanda e sustentar o nível de emprego. O destaque dado ao setor de varejo no Brasil se reflete no Nordeste, como evidenciam o Gráfico 13 e a Tabela 6.

Os dados do comércio varejista e ampliado no Nordeste revelam, inicialmente, uma retração bastante significativa na passagem do período agudo da crise internacional na economia brasileira. A expansão média observada em 2008 (7,9%) recua para 2,1% e 2,3% nos respectivos trimestres terminados em agosto e novembro de 2009 (Tabela 6). Entretanto, estimulado pelo crescimento do PIB nos principais estados da região, a expansão do comércio varejista no Nordeste brasileiro retoma sua trajetória crescente ainda no primeiro semestre de 2009 (Gráfico 10), chegando a novembro do mesmo ano com expansão anualizada de 5,6%.

Gráfico 13. Vendas no varejo — comparativo do Nordeste com o Brasil (jan./2002-mar./2010)



Fonte: IBGE / Hamilton (Bacen) — Boletim Regional, maio de 2010.

Nas vendas do comércio varejista, no período analisado, destacam-se os itens *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (que cresceram 19,4% em 2008), chegando a novembro de 2009 com a expressiva expansão de 21,0%; também é significativo o desempenho dos itens *hiper, supermercados* que, em novembro, na expansão anualizada, apresentou 5,4 pontos percentuais acima do crescimento de 2008. São setores que comercializam tanto gêneros básicos como produtos com forte demanda reprimida pela assimétrica distribuição de renda da sociedade brasileira. Certamente, esses produtos tiveram o consumo fortemente estimulado pela ampliação dos programas assistenciais de distribuição de renda e pela política de persistente recomposição das elevadas perdas históricas do salário mínimo, reajustado no período por índices superiores à inflação, como visto anteriormente.

O comércio ampliado nordestino atravessou o período mais crítico expressando uma retração menos drástica, recuando de 8,8% em 2008, para 7,1% nos doze meses completados em novembro de 2009. Merecem destaque nesse segmento as vendas de *automóveis e motocicletas* que se expandiram 10,9% em 2008, e chegam, em novembro de 2009, a um crescimento de 10,4%. Nesse item, certamente, as vendas foram fortemente estimuladas pela renúncia fiscal posta em prática pelas generosas isenções de impostos indiretos, bem como pela ampliação dos financiamentos a custos bem mais reduzidos. Na contramão dessa tendência de rápida

recuperação das vendas, o item *materiais de construção* apresenta um recuo de $-4,3\%$, ao contrário de sua forte expansão de $12,2\%$ verificada em 2008.

Tabela 6. Comércio varejista no Nordeste, 2008-2009, geral e setores selecionados. Variação percentual no período

Setores	2008	2009		12 meses
		ago*	nov*	
Comércio varejista	7,9	2,1	2,3	5,6
Hiper, supermercados	3,4	3,0	3,0	8,6
Móveis e eletrodomésticos	14,7	4,4	4,2	3,3
Livros, jornais, revistas, papelaria	13,5	7,9	7,1	10,5
Equipamento para escritório, informática e comunicação	19,5	4,0	7,3	-0,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,4	1,3	1,0	21,0
Comércio ampliado	8,8	3,8	2,8	7,1
Automóveis e motocicletas	10,9	6,6	5,6	10,4
Material de construção	12,2	2,2	4,2	-4,3

Fonte: IBGE/Bacen (2010a).

* Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3.

Dados dessazonalizados.

A recuperação das vendas ao consumidor manifesta-se de forma consistente com a utilização de farta propaganda oficial na mídia, ampliação significativa do crédito consignado para aposentados, pensionistas e funcionários públicos e assemelhados. Manifesta-se também consistente com a política de desoneração do consumo incluída no pacote de instrumentos de política econômica de inspiração keynesiana, utilizado para enfrentar o impacto da crise no Brasil.

O crescimento experimentado pela economia nordestina, em 2009, evidenciou os impactos favoráveis da estrutura da indústria regional (concentrada na produção de bens de menor valor agregado), as políticas anticíclicas implantadas pelo governo federal, a participação expressiva da região como receptora das transferências governamentais, no âmbito de programas sociais, que se somaram às melhorias assinaladas no mercado de trabalho, conferindo expressivo dinamismo verificado nas atividades comerciais da região.

4. Considerações finais

No Nordeste do Brasil, grande parte da base produtiva conserva baixos índices de produtividade, a poupança das famílias continua sendo drenada para fora da região e o número de pobres ainda permanece muito elevado.

Em meio a isso, permanece uma região flagrantemente carente de investimentos públicos e privados para fortalecer a base produtiva — infraestrutura, pesquisa e difusão tecnológica, educação e capacitação técnica. Não obstante, os avanços considerados em subespaços e setores específicos da região, como é o caso emblemático de Pernambuco, os resultados ainda não se concretizam em generalizada modernização da base técnica da estrutura produtiva regional e ampliação da participação regional no produto nacional. Uma vez que os investimentos implicam também desenvolvimento, juntamente com a ampliação do mercado interno nacional, poderão reduzir as grandes disparidades internas do país, tornando-o mais forte economicamente contra “turbulências” externas.

Com o recrudescer da crise na primeira década do século XXI, a integração produtiva do Nordeste o faz solidário com o Brasil na recessão, como o importante estudo de Guimarães Neto (1989) já havia apontado.

Todavia, devido, em grande medida, ao menor nível de relações econômicas com o exterior, a maior concentração regional de algumas políticas anticrise, no Nordeste, a recessão da economia internacional manifesta-se mais suave e com menor impacto no Brasil. Dessa forma, em 2009, o PIB do país registra queda de $-0,2\%$, enquanto a economia nordestina cresceu $2,6\%$.

O desempenho da região manifestou-se consistente com as políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro no rastro da crise. Como apontado anteriormente, seus principais instrumentos foram: desonerações tributárias sobre bens de consumo duráveis (automóveis), linha branca (eletrodomésticos) e construção civil; ampliação da capacidade de concessão de crédito dos bancos públicos (redução da retenção obrigatória dos bancos — compulsório); incentivo ao investimento (redução do custo de capital) e expansão dos investimentos estruturais por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas medidas foram estendidas para todo o território brasileiro; entretanto, algumas foram mais concentradas no Nordeste. É emblemática a ampliação do crédito na economia brasileira entre setembro de 2008 e novembro de 2009, com participação das autarquias financeiras do estado na ordem de 74% , com destaque para o BNDES que destinou mais de 15 bilhões de reais para a região, representando 18% do desembolso daquele banco para o país como um todo.

A recuperação da economia nordestina antecipa-se, também em grande medida, devido aos componentes autônomos da renda regional, embutidos nas políticas sociais. Somente em 2008, a Previdência Social destinou para a região mais de 5,4 bilhões de reais (21% do total para o país).

Como componente autônomo da renda regional, também deve ser lembrado o Programa Bolsa-Família — de caráter assistencialista — que apenas em 2008 destinou 5,7 bilhões de reais para 43,6 milhões de famílias nordestinas, representando 52,52% do total pago no país naquele ano.

Na recuperação do Nordeste, também é importante, destacar a relevância do crescimento do salário mínimo legal que baliza a remuneração de expressivo contingente da força de trabalho regional, notadamente em segmentos econômicos como o comércio, serviços gerais, construção civil e o setor público, onde há relativa estabilidade no emprego.

Portanto, as ampliações do gasto público e do crédito mediante estímulos da política econômica, coadjuvados por medidas tributárias, também de recorte anticíclico, auxiliaram na recuperação *parcial e temporária* da economia nordestina durante a agudização da crise do capital, na primeira década do século XXI. Parcial porque o conjunto de políticas econômicas anticrise ainda não avançou significativamente na consolidação de bases produtivas modernizadas; e temporária porque não alcançou as contradições do desenvolvimento capitalista no primado do capital financeiro.

Referências

- ALMEIDA, José Elesbão de & ARAÚJO, José Bezerra de. Um modelo exaurido: a experiência da Sudene. In: GAZEL, D. & RICARDO, A. (orgs.). *Gestão pública e desenvolvimento econômico no Brasil*. Curitiba: Ed. UFMT, 2005. Disponível em <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2031%20-%20Hist%C3%B3ria%20econ%C3%B4mica%20e%20social%20Brasileira%20II/UM%20MODELO%20EXAURIDO.pdf>; acesso em 18-3-2010.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira: uma perspectiva regional. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, Brasília, vol. 3, n.º 1, pp. 1-114, jan. 2009. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b3_p.pdf>; acesso em 10-10-2010.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, Brasília, vol. 4, n.º 1, pp. 1-110, jan. 2010a. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/07/br201007P.pdf>>; acesso em 11-11-2010.
- *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, Brasília, vol. 4, n.º 2, pp. 15, abr. 2010b. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/07/br201007P.pdf>>; acesso em 20-9-2010.
- Investimento e diversificação industrial na região Nordeste. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, Brasília, vol. 4, n.º 2, pp. 1-129, abr. 2010b. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/04/br201004b1p.pdf>>; acesso em 10-11-2010.
- *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, Brasília, vol. 4, n.º 3, pp. 1-110, jul. 2010b. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/07/br201007P.pdf>>; acesso em 11-11-2010.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Quadro macroeconômico: Brasil e Nordeste – 2000 a 2010*. Fortaleza: Etene, 2012.
- Comércio exterior: região Nordeste e estados. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene. Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas – Ciest, ano III, n.º 1, 2012a.
- Conjuntura econômica. Fortaleza, n.º 24, jan.-mar. 2010.
- BRASIL. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Visão do desenvolvimento 2009. In: TORRES Filho, Ernani Teixeira; PUGA, Fernando Pimentel & MEIRELLES, Beatriz Barbosa (orgs.) Rio de Janeiro, jan. 2010a. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_2009.pdf> Acesso em 15-9-2010.
- Relatório gerencial de recursos da Lei 11.948/09. Quarto trimestre de 2009. Rio de Janeiro, jan. 2010b. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/Relatorio_Recursos_Financeiros_4trimestre2009.pdf>; acesso em 21-10-2010.
- Visão do desenvolvimento - Atuação dos bancos públicos faz Nordeste liderar aumento do crédito no Brasil. Área de Pesquisas Econômicas (APE), n.º 86, set. 2010. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/Visao_86.pdf>; acesso em 14-11-2010.
- Convênio MTE – Ministério do Trabalho e Emprego/DIEESE – Depar-

- tamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os Fundos de Desenvolvimento Regional. Convênio MTE/SPPE/Cidefat n.º 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo. 2007. Disponível em <http://www.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV13.pdf>; acesso em 11-9-2010.
- . MI – Ministério da Integração Nacional. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Nordeste (PNDE): desafios e possibilidades para o Nordeste do século XXI. Versão para discussão. Documentos de Base 04. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimento/regional/publicacoes/pdne.asp>>; acesso em 14-8-2010.
- . MI. *Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR*, vols. 01-11. Disponível em <<http://www.mi.gov.br/desenvolvimento/regional/publicacoes/boletim.asp>>; acesso em 11-11-2010.
- CANNABRAVA Filho, Paulo. América Latina pós-Consenso de Washington: Compendo uma nova cultura. *Conjuntura* 2003. Nova Sociedade Comunicação Ltda., out. 2003. Disponível em <<http://www.novasociedade.com.br/conjuntura/arquivos/conjuntura03.pdf>>; acesso em 11-11-2010.
- DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00. *Nota Técnica*, n.º 118, dez. 2012.
- FGV/IBRE — Instituto Brasileiro de Economia. Os bons ventos para a economia brasileira podem estar voltando. *Conjuntura econômica*. Fundação Getúlio Vargas, vol. 69, n.º 7, pp. 6-9, jul. 2009.
- GALVÃO, Olímpio J. A. 45 anos de comércio exterior no Nordeste do Brasil: 1960-2004. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, vol. 38, n.º 1, pp. 7-31, jan.-mar. 2007.
- GUIMARÃES Neto, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1989.
- . *O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia*. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador: SEI (Série Estudos e Pesquisas, 67), 2004.
- HAMILTON, Carlos A. Apresentação do Boletim Regional. Bacen, mai. 2010. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/BR-Recife%20030810.pdf>>; acesso em 29-7-2010.
- INHUDES, Adriana. Força do mercado interno mitiga os efeitos da crise. *Visão do Desenvolvimento*. BNDES. n.º 71, out. 2009. Disponível

em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/Visao_71.pdf>; acesso em 29-9-2010.

INHUEDS, Adriana; BORÇA Júnior, Gilberto & QUARESMA, Pedro. BNDES – Visão do desenvolvimento, n.º 86, set. 2010. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Visao_do_Developimento/201009_86.html>; acesso em 14-9-2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Pnad 2009. Primeiras Análises: Distribuição de renda entre 1995 e 2009. *Comunicados do Ipea*, n.º 63, out. 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf>; acesso em 11-11-2010.

VALENTE Júnior, Airton Saboya. *Nordeste em transformação: Panorama socioeconômico e entraves para o desenvolvimento*, jan. 2010. Disponível em <<http://dowbor.org/wp/?p=2492>>; acesso em 29-8-2010.

Resumo

O artigo analisa os desdobramentos do período agudo da crise do capital, na primeira década do século XXI, no Nordeste brasileiro (2007-2010). Também enumera os instrumentos de política econômica de inspiração keynesiana e a ampliação das políticas sociais assistencialistas encaminhadas pelo Estado brasileiro para mitigar os efeitos da crise. Por conseguinte, conclui que a conjunção de tais medidas auxiliou na sustentação da demanda efetiva, permitindo a recuperação *parcial e temporária* da economia nordestina. Parcial porque ainda não avançou em bases produtivas modernizadas; temporária porque não alcançou as contradições do desenvolvimento capitalista no primado do capital financeiro.

Palavras-chave: Crise. Desenvolvimento regional. Política anticíclica.

Resumen

El artículo analiza la evolución durante el período de crisis aguda de capital, en la primera década del siglo XXI, en el Nordeste de Brasil. Listas de las herramientas de extracción económica y la ampliación de políticas keynesianas de bienestar social enviada por el gobierno brasileño para mitigar los efectos de la crisis y concluye que la combinación de estas medidas ayudaron a sostener la demanda efectiva, lo que permite la recuperación parcial de la economía nacional y del Nordeste. En parte porque no ha avanzado en las bases de modernización de la producción; y temporal ya que no llegó a las contradicciones del desarrollo capitalista en el imperio del capital financiero.

Palabras-clave: Crisis. El desarrollo regional. La política anticíclica.